

ASPECTOS DEMOGRÁFICOS BRASILEIROS E PERSPECTIVAS FUTURAS DA POPULAÇÃO BRASILEIRA

**Conferência proferida pelo
Professor Jessé Montello,
Presidente da Fundação
Instituto Brasileiro de
Geografia e Estatística,
na Escola de Guerra Naval,
em 24 de outubro de 1984**

IBGE

Presidente: Jessé Montello

Diretor de População e Social:
Valeria da Motta Leite

Diretor de Economia:
José Welisson Rossi

Diretor de Agropecuária, Recursos Naturais e Geografia:
Amaro da Costa Monteiro

Diretor de Geodésia e Cartografia:
Mauro Pereira de Mello

Diretor de Administração:
Aluizio Brandão de Albuquerque Mello

Diretor de Formação e Aperfeiçoamento de Pessoal:
Elias Paladino

Diretor de Informática:
Renato Galvão Flôres Júnior

DVE 21,60
doacus
,

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
 FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE

ASPECTOS DEMOGRÁFICOS BRASILEIROS E PERSPECTIVAS FUTURAS DA POPULAÇÃO BRASILEIRA

**Conferência proferida pelo
Professor Jessé Montello,
Presidente da Fundação
Instituto Brasileiro de
Geografia e Estatística,
na Escola de Guerra Naval,
em 24 de outubro de 1984**

SUMÁRIO

1 — Introdução	5
2 — Evolução da População Brasileira.....	6
3 — Fecundidade e Mortalidade	8
4 — Envelhecimento da População	13
5 — Características Étnico-Culturais e Mobilidade Espacial da População Brasileira.....	14
6 — População Economicamente Ativa — PEA.....	17
7 — Distribuição de Rendimento da PEA	21
8 — Situação de Inatividade das Pessoas que não Trabalharam em 1980	21
9 — Perspectivas Futuras da População Brasileira.....	22
10 — Conclusão.....	23
Anexos.....	25

1. INTRODUÇÃO

Em períodos decenais, nos anos de final zero, é realizado no Brasil o Censo Demográfico, também denominado Censo de População e de Domicílios. Esse levantamento investiga as principais características das pessoas, das famílias e dos domicílios, segundo a distribuição espacial, permitindo o conhecimento pormenorizado das condições sócio-econômicas da população brasileira.

Em linhas gerais, a pesquisa abrange informações sobre a dimensão e a composição da população, a distribuição etária, o grau de alfabetização e de escolaridade, a estrutura familiar, os movimentos migratórios, o potencial e a qualificação da força de trabalho, os rendimentos do trabalho individual e do familiar, a condição de atividade, a fecundidade da mulher, a mortalidade e a condição habitacional.

Três são os principais objetivos do censo demográfico:

- dar, na época de sua realização, a situação demográfica, econômica e social alcançada pela população;
- permitir a projeção dessa situação, na década seguinte ao ano de realização do censo;
- possibilitar o planejamento e a programação das necessidades futuras da população.

No que concerne ao Censo Demográfico realizado em 1980, já se encontram divulgadas todas as publicações previstas, ou sejam: as Sinopses Preliminares, as Tabulações Avançadas e os Resultados Definitivos, para o total do País e Unidades da Federação. As Sinopses contêm dados globais da população e dos domicílios, desagregados até o nível de distrito. As Tabulações Avançadas apresentam resultados sobre as principais características das pessoas, das famílias e dos domicílios (obtidos com base em amostra probabilística de fração, um pouco inferior a 1% da população e dos domicílios recenseados), cujas tabulações encontram-se mais detalhadas na série dos "Resultados Definitivos do Censo Demográfico de 1980".

Os censos de população são complementados, anualmente, pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios — PNAD que investiga, por meio de uma amostra probabilística de domicílios e a um nível geográfico não tão detalhado como nos censos, temas relativos às estruturas e ao movimento da população, às características das unidades familiares, à idade, à condição de atividade, ao rendimento e à habitação.

A partir da segunda metade da década de 1970 as PNADs, além dos dados mencionados no parágrafo anterior, passaram a coletar, também, informações sobre temas especiais, a pedido de órgãos governamentais. Mais recentemente, a realizada em 1981 pesquisou as "condições de saúde da população brasileira"; a relativa ao ano de 1982 obteve dados sobre a "educação" no Brasil; e a de 1983 levantou informações que permitem um estudo pormenorizado sobre o sistema de seguro social brasileiro.

Mensalmente, informações sobre emprego, subemprego e desemprego correspondentes à população economicamente ativa, vêm sendo coletadas, desde 1980, pela Pesquisa Mensal de Emprego — PME, nas seis principais re-

giões metropolitanas do País, a saber: Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Salvador e Recife.

O Censo Demográfico, a PNAD e a PME são pesquisas domiciliares realizadas pelo IBGE e constituem os principais instrumentos para o acompanhamento estrutural e conjuntural da realidade sócio-econômica e demográfica da população brasileira.

2. EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO BRASILEIRA

A população brasileira vem aumentando sistematicamente desde 1872, ano da realização do seu primeiro levantamento, atingindo, em 1.º de setembro de 1980, a 119 milhões de habitantes. Na época atual, estima-se sua magnitude em cerca de 130,0 milhões de pessoas.

A taxa média geométrica de crescimento anual oscilou sensivelmente ao longo dos períodos intercensitários, decrescendo a partir da década de 1960, quando assumiu o valor de 2,99%, até alcançar 2,48% no último decênio (tabela 1).

TABELA 1
Evolução da População Brasileira
1872 a 1980

CENSOS	POPULAÇÃO (1 000 hab.)	TAXA MÉDIA GEOMÉTRICA DE CRESCIMENTO ANUAL (%)	DENSIDADE DEMOGRÁFICA (hab./km ²)
1872.....	9 930	—	1,2
1890.....	14 334	2,01	1,7
1900.....	17 438	1,98	2,1
1920.....	30 636	2,88	3,6
1940.....	41 165	1,49	4,9
1950.....	51 942	2,39	6,1
1960.....	70 070	2,99	8,3
1970.....	93 139	2,89	11,0
1980.....	119 003	2,48	14,0

FONTE: IBGE — Censos Demográficos de 1872 a 1980.

Analisando-se a distribuição da população brasileira segundo a situação do domicílio, verifica-se um crescimento constante da população urbana que passou, em termos relativos, de 31,24%, em 1940, para 67,59%, em 1980. Esses dados refletem o intenso processo de urbanização que se vem processando no País, sobretudo, nos últimos 20 anos (tabela I, do anexo).

É interessante observar que a taxa de crescimento da população rural, no último decênio, assumiu valor negativo (— 0,62%), ao contrário do que ocorreu com a população urbana, que teve um crescimento de 4,44% (tabela II, do anexo).

Nas tabelas I e II do anexo, são, ainda, encontradas a distribuição relativa da população por sexo e as respectivas taxas de crescimento, demonstrando a ligeira superioridade numérica do sexo feminino na composição populacional.

A redução das taxas de crescimento da população pode ser explicada pelos dados constantes da tabela 2, em que se encontra a decomposição dessas taxas em suas componentes: natalidade, mortalidade e migração líquida, expressas em relação a mil habitantes.

TABELA 2

Decomposição da Taxa Média de Crescimento Anual da População, segundo os Intervalos Intercensitários — 1940 a 1980

INTERVALOS INTERCENSITÁRIOS	DECOMPOSIÇÃO DA TAXA MÉDIA DE CRESCIMENTO ANUAL (‰)				
	Natalidade (N)	Mortalidade (M)	Crescimento Natural (N - M)	Migração Líquida (I)	Crescimento Total (N - M + I)
1940-1950.....	44,4	20,9	23,5	0,4	23,9
1950-1960.....	43,2	14,2	29,0	0,9	29,9
1960-1970.....	38,7	9,8	28,9	0,0	28,9
1970-1980.....	33,0	8,2	24,8	0,0	24,8

FONTE: IBGE — Censos Demográficos de 1940 a 1980.

A partir de 1940, as taxas de natalidade e de mortalidade vêm decrescendo, possibilitando um declínio na taxa de crescimento natural da população, a partir da década de sessenta. Esse crescimento é dado, basicamente, pela diferença entre aquelas taxas.

As migrações líquidas, que representam o saldo do movimento migratório no País (imigração — emigração), pouca influência tiveram na formação da taxa de crescimento total; foram praticamente nulas nos dois últimos decênios. Logo, o incremento populacional nesse período é devido, fundamentalmente, à diferença entre as taxas de natalidade e de mortalidade. Apesar da redução verificada, a taxa de crescimento alcançada em 1980 é, ainda, considerada elevada. Observando-se os dados da tabela 3, constata-se ter o Brasil, entre os setes países mais populosos, a maior taxa de crescimento.

TABELA 3

Taxa Média Geométrica de Crescimento Anual dos Países mais Populosos 1975-1980

PAÍSES	TAXA MÉDIA GEOMÉTRICA DE CRESCIMENTO (%)
CHINA.....	1,2
ÍNDIA.....	2,1
UNIÃO SOVIÉTICA.....	0,8
ESTADOS UNIDOS.....	0,7
INDONÉSIA.....	2,0
BRASIL.....	2,5
JAPÃO.....	0,8

FONTE: Population Reference Bureau Inc. 1981 World Population Data Sheet.

As regiões de menor desenvolvimento econômico, como o Norte e o Nordeste, apresentam, nas zonas rurais, taxas de fecundidade total (TFT) ainda bastante elevadas, ou sejam, 8,04 e 7,66, respectivamente, acontecendo o inverso com regiões de perfil econômico mais desenvolvido, como o Sudeste (5,46) e o Sul (4,55). Vale observar que a menor taxa de fecundidade total rural é registrada na Região Sul. Entretanto, é o Sudeste que apresenta, no meio urbano, fecundidade mais reduzida.

Em termos gerais, a fecundidade urbana é menor do que a rural em todas as regiões, embora persistam amplas diferenciações regionais do indicador, tanto entre os grupos urbanos, como entre os rurais.

Analisado sob perspectiva histórica, o fenômeno da queda da fecundidade no Brasil remonta suas raízes à década de sessenta, como se observa na tabela 4. Em 1960, a taxa de fecundidade total brasileira atingiu seu ponto mais alto, reduzindo-se, substancialmente, a partir de então. A queda mais acentuada, no entanto, verificou-se na década de setenta, quando a TFT reduziu-se de 5,76 para 4,35. Sob o ponto de vista regional, a Região Centro-Oeste vem apresentando declínio na fecundidade desde a década de cinquenta. Já no Nordeste, a TFT oscilou ao longo dos períodos decenais, com forte redução nos anos setenta. Nas demais regiões, a diminuição do número médio de filhos por mulher acompanhou a tendência ao nível do Brasil.

TABELA 4

**Taxa de Fecundidade Total, Segundo as Grandes Regiões
Brasil — 1940 a 1980**

GRANDES REGIÕES	1940	1950	1960	1970	1980
BRASIL	6,16	6,21	6,28	5,76	4,35
Norte	7,07	7,80	8,33	8,15	6,45
Nordeste	7,22	7,60	7,46	7,53	6,13
Sudeste	5,98	5,70	5,83	4,56	3,45
Sul	5,92	5,90	6,01	5,42	3,63
Centro-Oeste	6,31	6,80	6,71	6,42	4,51

FONTE: IBGE — Censos Demográficos de 1940 a 1980.

3. FECUNDIDADE E MORTALIDADE

A redução da taxa de natalidade é conseqüência do decréscimo da taxa de fecundidade da mulher brasileira, por sua vez atribuída, em primeira instância, à difusão do uso de métodos anticoncepcionais e, em última instância, ao aumento das taxas de urbanização e ao desenvolvimento econômico que vem propiciando maior ingresso feminino no mercado de trabalho. Essa taxa representa o número médio de filhos tidos por mulher durante todo o período de vida reprodutiva, considerado dos 15 aos 49 anos de idade.

Na tabela III do anexo, são representadas as taxas de fecundidade total (TFT), referentes aos anos de 1970 e 1980, para as Grandes Regiões e Unidades da Federação. Como se pode verificar, em 1980, as taxas assumiram valores bem inferiores aos de 1970. São, ainda, consideradas bastante altas, mas tendem a diminuir, à medida em que as regiões forem se desenvolvendo.

O grau de desenvolvimento das regiões determina grandes diferenças entre essas taxas. Às mulheres da Região Norte coube o maior número médio de filhos nos dois anos de referência (8,15, em 1970, e 6,45, em 1980), ao passo que as mulheres da Região Sudeste, onde o grau de desenvolvimento e urbanização é mais acentuado (82,8%), tiveram menor número médio de filhos (4,56 e 3,45, respectivamente). A taxa alcançada pelo Estado do Acre foi a mais elevada, em 1980, perto de sete filhos, pertencendo ao Estado do Rio de Janeiro a mais baixa (2,94).

A influência da localização urbana ou rural do domicílio sobre a fecundidade da mulher é demonstrada na tabela 5. Para a residente na zona urbana a taxa,

em 1980, foi bem inferior à encontrada para a moradora da zona rural, ou seja, exatamente 3,63 para aquela zona e 6,40 para essa última.

TABELA 5

**Taxa Específica de Fecundidade por Situação do Domicílio, Segundo Grupos de Idade
Brasil — 1980**

ESPECIFICAÇÃO	TAXA ESPECÍFICA DE FECUNDIDADE		
	Total	Situação do Domicílio	
		Urbana	Rural
TAXA DE FECUNDIDADE TOTAL (TFT)	4,350	3,630	6,400
15 a 19 anos	0,065	0,056	0,089
20 a 24 anos	0,203	0,177	0,281
25 a 29 anos	0,228	0,201	0,309
30 a 34 anos	0,179	0,150	0,262
35 a 39 anos	0,122	0,093	0,202
40 a 44 anos	0,059	0,040	0,108
45 a 49 anos	0,014	0,009	0,029

FONTE: IBGE — Censo Demográfico de 1980.

Distribuídas por grupos de idade, as taxas específicas de fecundidade (relação entre os nascidos vivos durante o ano anterior ao censo e a população de mulheres) apresentam-se crescentes até aos 29 anos, quando começam a cair, tanto para a zona urbana, quanto para a rural.

Os diferenciais de fecundidade em função da localização urbana ou rural dos domicílios podem ser avaliados, também, numa perspectiva regional, conforme se vê na tabela 6:

TABELA 6

**Taxa de Fecundidade Total por Situação do Domicílio, Segundo as Grandes Regiões
1970-1980**

GRANDES REGIÕES	SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO E ANOS DE REFERÊNCIA			
	Urbana		Rural	
	1970	1980	1970	1980
BRASIL	4,54	3,63	7,72	6,40
Norte	6,62	5,24	9,59	8,04
Nordeste	6,44	4,94	8,45	7,66
Sudeste	3,83	3,17	7,14	5,46
Sul	4,06	3,20	6,86	4,55
Centro-Oeste	5,31	3,97	7,71	5,98

FONTE: IBGE — Censos Demográficos de 1970 e 1980.

As diferenças quanto ao nível de rendimento das famílias também refletem perfis reprodutivos das mulheres em idade fértil, como demonstra a tabela 7.

TABELA 7

**Taxa de Fecundidade Total para as Mulheres Urbanas, Segundo as Classes de Rendimento Familiar Per-Capita
Brasil — 1980**

CLASSES DE RENDIMENTO FAMILIAR PER-CAPITA (EM SALÁRIOS MÍNIMOS)	TAXA DE FECUNDIDADE TOTAL PARA AS MULHERES URBANAS
TOTAL.....	3,63
Até 1/4.....	7,43
1/4 a 1/2.....	5,94
1/2 a 1.....	3,90
Mais de 1.....	1,95

FONTE: IBGE — Censo Demográfico de 1980.

Observa-se, com clareza, que as mulheres das famílias de mais baixa renda têm, em média, um número de filhos significativamente superior ao das mulheres inseridas em famílias de "status" sócio-econômico mais elevado. Dessa forma, a TFT das mulheres com renda familiar per-capita maior do que 1 salário mínimo é acima de três vezes inferior à encontrada para aquelas com renda familiar per-capita abaixo de um quarto do salário mínimo. Naturalmente, o nível de rendimento das famílias não é o único fator que determina a dinâmica de fecundidade, mas, certamente, uma política social que contemple melhorias nos níveis de ingresso das famílias constitui ponto nevrálgico para a obtenção de êxito em qualquer estratégia de planejamento familiar.

Já a análise da evolução histórica da mortalidade revela diminuição substancial ao longo das últimas décadas, como é visto nas tabelas seguintes.

Essa queda da mortalidade pode ser atribuída, em grande parte, ao progresso da medicina preventiva, que melhorou as condições de saúde da população, e, principalmente, à ampliação das medidas de saneamento e abastecimento d'água, que trouxe melhores condições de higiene.

Em 1940, a probabilidade de morte no primeiro ano de vida era de 164 crianças em mil, proporção essa que decresceu para 88, em 1980.

TABELA 8

**Taxa de Mortalidade Infantil
Brasil — 1940 a 1980**

ANOS	TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL (‰)
1940.....	164
1950.....	146
1960.....	121
1970.....	114
1972.....	112
1973.....	109
1976.....	98
1977.....	96
1980.....	88

FONTE: Anais do 2.º Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP; IBGE — Censo Demográfico de 1980.

No contexto universal, a mortalidade infantil no Brasil situa-se entre as mais elevadas, conforme se verifica na tabela IV, do anexo.

O nível de mortalidade de uma população é sintetizado por outro importante indicador social, que é a "esperança de vida ao nascimento".

Quando a mortalidade diminui, especialmente a infantil, a vida média da população aumenta, como vem ocorrendo no Brasil. Em 1940, o brasileiro ao nascer tinha uma esperança de vida de 41,53 anos, enquanto, em 1980, ela é estimada em 60,08 anos (tabela 9).

TABELA 9

**Esperança de Vida ao Nascer, por Sexo
Brasil — 1940 a 1980**

ANOS	ESPERANÇA DE VIDA AO NASCER (ANOS)		
	Ambos os sexos	Homens	Mulheres
1940.....	41,53	39,02	44,19
1950.....	45,51	42,88	48,30
1960.....	51,64	48,82	54,64
1970.....	53,46	50,59	56,53
1973.....	54,64	51,73	57,75
1977.....	57,90	54,87	61,13
1980.....	60,08	56,97	63,40

FONTE: IBGE — Censos Demográficos de 1940 a 1980; Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 1973 e 1977.

Esse indicador varia, porém, de acordo com o sexo e o estágio de desenvolvimento das regiões onde vivem os indivíduos. O sexo feminino tem uma vida média, em termos nacionais, cerca de 6,4 anos maior do que a observada para o sexo masculino. Em 1980, as estimativas foram de 63,40 anos para as mulheres e 56,97 anos para os homens. Para os residentes nas regiões sócio-econômicas mais desenvolvidas, a diferença na esperança de vida entre os sexos é ainda mais significativa. Na Região Sul as mulheres alcançam a 70,92 anos de vida média e os homens a 63,82 anos (Tabela 10).

TABELA 10

**Estimativa da Esperança de Vida ao Nascer por Sexo, Segundo as Regiões
Fisiográficas
Brasil — 1980**

GRANDES REGIÕES	HOMENS	MULHERES
BRASIL.....	56,97	63,40
Norte.....	60,40	67,14
Nordeste.....	48,22	53,99
Sudeste.....	61,86	68,75
Sul.....	63,82	70,92
Centro-Oeste.....	60,61	67,37

FONTE: IBGE — Censo Demográfico de 1980.

A tabela 11 mostra a evolução da esperança de vida ao nascer para o Brasil e suas Grandes Regiões Fisiográficas, nos últimos 40 anos.

TABELA 11

Estimativa da Esperança de Vida ao Nascer para anos Anteriores e Próximos aos Anos Censitários, Segundo as Regiões Fisiográficas 1940 a 1980*

GRANDES REGIÕES	ESPERANÇA DE VIDA AO NASCER				
	1940	1950	1960	1970	1980
BRASIL	41,53	45,51	51,64	53,46	60,08
Norte	40,70	44,87	53,56	54,74	63,64
Nordeste	38,76	38,96	41,06	45,55	51,01
Sudeste.....	43,58	49,08	56,79	57,38	64,35
Sul	49,61	53,47	60,43	60,74	67,22
Centro-Oeste	48,13	51,19	56,91	58,91	63,86

FORNTE: IBGE — Censos Demográficos de 1940 a 1980.

* As estimativas são apoiadas na conversão da média ${}_2q_0, {}_3q_0, {}_5q_0$ obtida pelo método de BRASS de Estimar a Mortalidade Infanto-juvenil. Correspondem, portanto, ao nível da vida média do período aproximado de 4 a 5 anos antes das datas dos respectivos censos.

Nota-se que, entre 1940 e 1980, todas as regiões ampliaram de 15 a 25 anos a esperança de vida, com exceção do Nordeste onde, apesar do avanço nesse indicador, a vida média, em 1980, ainda se situava, no mínimo, mais de 10 anos abaixo das outras regiões. Assim, num estudo comparativo, veremos que a expectativa de vida da Região Sul (67,22 anos) supera a do Nordeste (51,01) em 16 anos. Portanto, políticas sociais destinadas à redução das disparidades regionais, mediante melhorias nas condições sócio-econômicas das áreas mais carentes, podem trazer efeitos positivos no aumento da esperança de vida.

Ao nascer, o brasileiro tem uma expectativa de vida ainda considerada muito baixa. À medida, entretanto, em que vai "envelhecendo", tende a viver bem além daquelas idades, como demonstra a tabela 12.

TABELA 12

**Esperança de Vida em Idades Selecionadas, por Sexo
Brasil — 1980**

ANOS DE IDADE	ESPERANÇA DE VIDA		
	Ambos os sexos	Homens	Mulheres
0.....	60,08	56,97	63,40
1.....	64,83	61,93	67,90
50.....	22,84	20,64	25,04
55.....	19,13	17,13	21,07
60.....	15,72	13,98	17,36
65.....	12,57	11,11	13,86
70.....	9,69	8,54	10,66

Na idade de 1 ano, a vida média aumenta cerca de 4 anos, passando para 64,83 anos, o que vem comprovar, ainda, o peso da mortalidade infantil no Brasil, sobretudo, nos primeiros dozes meses de vida. Nas idades mais elevadas, a esperança de vida tende a se aproximar da encontrada nos países mais desenvolvidos. Atualmente, os brasileiros com 50 anos tendem a viver 22 anos, em média a mais; com 60 anos, aproximadamente, mais 15; com 70 anos, por volta de mais 10. Isso pode ser explicado pelo fato de que, apesar da população ser submetida a maior risco de mortalidade, os sobreviventes passam por um

processo de seleção natural, que acarreta maior resistência à mortalidade nas idades mais elevadas.

A implementação de obras de saneamento básico, fundamentalmente voltadas ao abastecimento de água e rede de esgotos, assim como campanhas intensivas de conscientização da coletividade para a importância da erradicação de doenças transmissíveis, com a adoção de vacinas e outras medidas profiláticas, refletir-se-ão na melhoria das condições de saúde do brasileiro, e, conseqüentemente, no aumento da esperança de vida da população. Apesar do impulso que tiveram os serviços básicos no último decênio, em 1980, 21,85% dos domicílios não tinham ainda qualquer tipo de instalação sanitária e, quase metade, 45,09%, não era abastecida pela rede geral de água.

Na tabela V, do anexo, a título de ilustração, tem-se alguns indicadores demográficos a nível de países em diferentes estágios de desenvolvimento social e econômico, inclusive o Brasil, para efeito comparativo.

4. ENVELHECIMENTO DA POPULAÇÃO

As reduções das taxas de mortalidade, de fecundidade da mulher e de natalidade, causam o "envelhecimento da população", representado pela diminuição na proporção de jovens e elevação na participação de idosos. Na estrutura etária, no que concerne ao comportamento da população brasileira, esse fenômeno é nitidamente demonstrado na seguinte tabela:

TABELA 13

**Distribuição Relativa da População, Segundo Grupos de Idade Específicos
Brasil — 1950 a 1980**

GRUPOS DE IDADE ESPECÍFICOS	POPULAÇÃO (%)			
	1950	1960	1970	1980
POPULAÇÃO TOTAL.....	100,00	100,00	100,00	100,00
0 a 14 anos.....	41,86	42,67	42,10	38,24
15 a 49 anos.....	48,77	47,24	47,20	49,59
50 anos e mais.....	9,37	10,09	10,70	12,17
60 anos e mais.....	4,26	4,74	5,07	6,07
65 anos e mais.....	2,45	2,74	3,15	4,01
70 anos e mais.....	1,46	1,62	1,84	2,31

FONTE: IBGE — Censos Demográficos de 1950 a 1980.

NOTA: População presente, em 1950, e população residente, a partir de 1960.

Observa-se que a proporção de velhos de 60 ou mais anos vem crescendo gradativamente; em 1950, representava 4,26% da população brasileira e hoje 6,07%. A participação de jovens de 0 a 14 anos começou a decrescer em 1970, passando de 42,10% para 38,24%, em 1980.

Pode-se, também, aferir o envelhecimento da população brasileira pelos dados demonstrados na tabela 14, em que se verifica o aumento da proporção de pessoas com idade a partir dos 50 anos, em relação ao total de pessoas de 15 anos até as idades imediatamente inferiores às especificadas.

À medida em que a população envelhece, o custo do seguro social tende a aumentar, principalmente, em países onde não é estabelecida idade mínima para a concessão de aposentadoria, como é o caso do Brasil. O crescimento dos grupos etariamente elevados, cuja capacidade de produção é reduzida ou nula, vai exigir, cada vez mais, maior faixa da categoria economicamente ativa para

sustentá-los. Quando a idade de início de aposentadoria aumenta, o custo do seguro social sofre importante redução. Na tabela 14, tomando-se por exemplo, como idade inicial, 50 anos, vê-se que o número de pessoas mais velhas corresponde a 24,5% do total da população de 15 anos até essa idade; elevando-se para 60 anos, a proporção de pessoas acima dessa idade é de 10,9% e, aos 65 anos é de, apenas, 6,9%. A proporção de pessoas nesses grupos etários, no total da população brasileira, é fornecida na tabela VI, do anexo.

TABELA 14

**Relação das Pessoas com Idade Igual ou Superior à Especificada na Tabela, para o Número de Pessoas de 15 Anos até Essa Idade
Brasil — 1950 a 1980**

CENSOS	VALOR EM %		
	50 anos	60 anos	65 anos
1950.....	19,2	7,9	4,4
1960.....	21,4	9,0	5,0
1970.....	22,7	9,6	5,7
1980.....	24,5	10,9	6,9

FONTE: IBGE — Censos Demográficos de 1950 a 1980.

Considerando-se que quase metade da população do País (49,61%) é constituída por jovens de 0 a 19 anos, a ausência de uma idade mínima de aposentadoria não acarreta, a curto prazo, grandes problemas ao seguro social; no entanto, eles forçosamente surgirão a médio e longo prazos, face ao processo de envelhecimento por que vem passando a população e que tende a se acelerar, com o correr do tempo.

5. CARACTERÍSTICAS ÉTNICO-CULTURAIS E MOBILIDADE ESPACIAL DA POPULAÇÃO BRASILEIRA

5.1 — Cor

Com relação a essa característica, nos levantamentos realizados tem-se observado, somente, a cor da pele, sem considerações quanto à origem étnica.

No Censo de 1970 optou-se pela exclusão dessa indagação, que foi incluída, após acurados estudos, no levantamento realizado em 1980, classificando-se a população em quatro grupos de cor: branca, preta, amarela e parda, abrangendo essa última os mulatos, índios, caboclos, mamelucos, cafuzos, etc.

TABELA 15

**Distribuição da População Brasileira por Cor, Segundo a Situação do Domicílio
Brasil — 1980**

SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO	COR (%)				
	Total (1)	Branca	Preta	Amarela	Parda
TOTAL.....	100,00	54,47	5,94	0,57	39,02
Urbana.....	100,00	59,35	5,96	0,68	34,01
Rural.....	100,00	44,29	5,92	0,33	49,46

FONTE: IBGE — Censo Demográfico de 1980.

(1) Exclusive as pessoas sem declaração de cor.

Como se pode observar na tabela 15, o elemento branco predomina entre os diferentes componentes étnicos, visto atingir mais da metade da população total (54,47%), enquanto a de cor parda, segundo grupo mais numeroso, corresponde a 39,02%.

Menos expressivas são as participações de pretos e de amarelos, 5,94% e 0,57%, respectivamente.

Diferentes distribuições apresentam-se nos quadros urbano e rural.

Na zona urbana há uma franca maioria de brancos (59,35%), para pouco mais de um terço da população de pardos (34,01%), não apresentando alterações significativas os dois outros grupos menores.

Na zona rural, praticamente a metade da população (49,46%) foi caracterizada como parda, dividindo-se o restante entre brancos (44,29%), pretos (5,92%) e amarelos (0,33%).

5.2 — Religião

A religião católica é altamente majoritária no Brasil. Nove entre dez pessoas declararam-se católicas, em 1980, precisamente, 89,17% da população. A tradição religiosa brasileira, pela sua formação histórica, justifica esse resultado.

TABELA 16

Distribuição Relativa da População Total por Religião, Segundo os Censos de 1960, 1970 e 1980

CENSOS	RELIGIÃO (%)					
	Total (1)	Católica Romana	Protestante	Espírita	Outras	Sem Religião
1960.....	100,00	93,12	4,03	1,39	0,96	0,50
1970.....	100,00	91,78	5,17	1,27	1,03	0,75
1980.....	100,00	89,17	6,64	1,30	1,24	1,65

FORNTE: IBGE — Censos Demográficos de 1960 a 1980.

(1) Excluídas as pessoas sem declaração de religião.

Em relação, porém, aos resultados obtidos pelos Censos Demográficos de 1960 e 1970, a proporção de católicos vem sofrendo pequenas perdas, com conseqüente aumento das proporções de pessoas protestantes e sem religião. Essas alterações encontram-se gradualmente distribuídas ao longo das duas décadas em estudo, sugerindo a existência de uma tendência, embora bem suave.

Bastante distanciado está o culto protestante (batista, presbiteriano, pentecostal, luterano, etc.), abrangendo 6,64% da população brasileira.

As demais religiões não têm grande expressão entre nós, excetuando-se, talvez, a espírita, embora o número de adeptos tenha correspondido, apenas, a 1,30% da população brasileira.

Os quadros urbano e rural apresentam resultados bem diferenciados. Na zona urbana, o número de católicos é inferior ao do setor rural. Já as proporções de protestantes e de espíritas são maiores na cidade do que no campo, o mesmo ocorrendo com relação às outras religiões.

5.3 — Educação

A situação educacional da população brasileira pode ser visualizada por meio de duas tabelas básicas: a primeira, mostrando o nível de alfabetização da população de 5 anos e mais (tabela 17) e a segunda, o grau de curso completo da população de 10 anos e mais, segundo a situação do domicílio e sexo (tabela VII, do anexo).

TABELA 17

**Taxa de Alfabetização
Brasil — 1960 a 1983**

ESPECIFICAÇÃO	TAXA DE ALFABETIZAÇÃO (%)			
	1960	1970	1980	1983
TOTAL ⁽¹⁾	53,21	60,91	68,05	71,83
5 — 15 anos	37,95	49,41	51,55	55,34
15 anos e mais	60,31	66,23	74,54	78,08

FONTE: IBGE — Censos Demográficos de 1960 a 1980; PNAD — 1983.

(1) População total de 5 anos e mais, exclusiva a sem declaração de alfabetização.

O nível de alfabetização da população brasileira de 5 anos e mais, na década de 1970 a 1980, evoluiu de 60,91% para 68,05%, atingindo 71,83%, em 1983. É bem mais acentuado na zona urbana do que na rural, onde ainda se observa a alta proporção de crianças de 5 a 10 anos de idade que não sabem ler e escrever, correspondente a quase 84% do seu total.

Quando se considera a situação da alfabetização por sexo, de um modo geral, não se encontram diferenças significativas nos grupos mais jovens da população, ou seja, as oportunidades de ensino, principalmente em anos mais recentes, são idênticas para homens e mulheres. As diferenças, mais sensíveis nos grupos etários a partir dos 40 anos, refletem as barreiras que a sociedade brasileira, até por volta da década de 1950, ainda colocava à participação da mulher nas atividades extra-domésticas, com especial ênfase nas áreas rurais, onde os diferenciais de alfabetizados mostram-se mais acentuados após os 30 anos de idade.

Analisando-se a escolaridade das pessoas de 10 anos e mais, pode-se constatar mais um aspecto da tendência à igualdade de oportunidades de estudo entre os sexos. Tanto nas áreas urbanas quanto nas rurais, os diferenciais entre homens e mulheres são praticamente inexpressivos, observando-se, apenas, maior proporção de mulheres com 2.º grau completo e, em contrapartida, maior proporção de homens com curso superior completo.

Para o conjunto da população com curso completo observa-se que, em 1980, 64,30% dessas pessoas possuíam apenas o elementar (proporção essa que se eleva a 86,13% para os residentes nas áreas rurais) e, apenas, 4,39% haviam concluído o curso superior.

Considerando-se a distribuição urbano-rural, salienta-se que 86% das pessoas com curso completo residem em áreas urbanas. As diferenças entre a população com curso completo, segundo a situação de domicílio, vão aumentando à medida em que se eleva o nível educacional. Assim, em 1980, 92,8% das pessoas com 1.º grau, 96,1% das que tinham 2.º grau e 97,8% das que con-

cluíram o curso superior, residiam em zonas urbanas. Nesse sentido, os desníveis de escolaridade entre as populações urbanas e rurais são extremamente elevados.

5.4 — Migração Inter-regional

Entre as décadas de sessenta e setenta ocorreram algumas modificações substanciais no direcionamento dos fluxos migratórios inter-regionais no Brasil. Na tabela VIII, do anexo, observa-se que a Região Sul foi a responsável pela maior atração de migrantes na década de sessenta. Já na de setenta (tabela IX, do anexo), o Sudeste passou a deter o maior saldo migratório positivo, arrebatando a posição auferida pelo Sul na década anterior. Porém, nos dois períodos de referência, o Nordeste manteve-se como a zona de maior expulsão populacional. Entre 1970 e 1980, cerca de 7,8 milhões de pessoas saíram dos estados nordestinos, enquanto que, apenas 2,3 milhões ingressaram nos mesmos. A perda de população no Nordeste em função das migrações foi da ordem de 5,6 milhões de pessoas.

Os estados que mais perderam população entre 1970 e 1980, em termos absolutos, foram Minas Gerais, Bahia e Pernambuco. Em todos eles o saldo migratório negativo foi superior a um milhão de pessoas, destacando-se Minas Gerais, com mais de três milhões. Os estados que exerceram maior atração de pessoas foram São Paulo e Rio de Janeiro, com saldos migratórios positivos da ordem de 4,5 e 2,0 milhões de pessoas, respectivamente (tabela IX do anexo).

O movimento migratório da década de setenta foi, sem dúvida, bastante acentuado. Cerca de 23,7 milhões de pessoas trocaram de local de residência, ou seja, quase 20% da população brasileira, em 1980, havia migrado nos últimos dez anos. É verdade que novas áreas de atração de migrantes foram estabelecidas, particularmente nas Regiões Norte e Centro-Oeste. Da população de estados, como Rondônia e Mato Grosso, respectivamente, cerca de 60,05% e 39,88% eram migrantes que chegaram há menos de 10 anos.

Pela tabela XIII, do anexo, observa-se que determinados estados apresentaram grande mobilidade espacial de sua população na década de setenta. Da população do Paraná, por exemplo, 36,19% trocaram de residência entre 1970 e 1980, embora 61,03% dos que migraram não tenham saído do referido Estado, deslocando-se, internamente, para outros municípios.

Nos anos setenta, o movimento migratório no interior das Unidades da Federação foi bem acentuado, dado que, em todos os estados e territórios, mais de 40% dos migrantes deslocaram-se para outros municípios, excetuando-se o Território de Roraima, onde permaneceram, apenas, 13,75%.

6. POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA — PEA

A PEA é constituída das pessoas de 10 anos e mais, trabalhando ou procurando emprego. Em 1980, sua participação na população total foi de 36,3% e, no conjunto de pessoas de 10 anos e mais, abrangeu a 49,2%.

Na tabela 18, tem-se a condição de atividade e a razão de dependência econômica da população total, equivalendo essa última à relação entre a população não economicamente ativa e a economicamente ativa.

TABELA 18

**Condição de Atividade e Razão de Dependência Econômica da População Total
Brasil — 1960 a 1983**

ANOS	CONDIÇÃO DE ATIVIDADE E RAZÃO DE DEPENDÊNCIA ECONÔMICA		
	População Economicamente Ativa (PEA) (em 1.000 hab.)	População não Economicamente Ativa (1) (em 1.000 hab.)	Razão da Dependência Econômica
1960.....	22 750	47 399	2,08
1970.....	29 557	63 576	2,15
1980.....	43 236	75 773	1,75
1983.....	50 941	74 249	1,46

FONTE: IBGE — Censos Demográficos de 1960 a 1980; PNAD-1983.

(1) Inclui a população de 0 a 9 anos de idade e a não economicamente ativa de 10 anos e mais de idade.

Em outras palavras, a razão de dependência econômica representa o número médio de pessoas não economicamente ativas, sustentado por pessoa economicamente ativa. A tendência dessa razão é diminuir, com o correr do tempo, em virtude da urbanização, da entrada da mulher no mercado de trabalho, da diminuição do nível de reprodução da mulher brasileira, que vem ocorrendo a partir da última década e, também, do aumento da população em idade ativa, em relação à população total.

Na tabela 19, pode-se observar a evolução das taxas de atividade da população brasileira, por sexo, obtidas relacionando-se a PEA com a população de 10 anos e mais.

TABELA 19

**Taxa de Atividade por Sexo
Brasil — 1950 a 1983**

ANOS	TAXA DE ATIVIDADE (%)		
	Total	Homens	Mulheres
1950.....	46,82	80,77	13,58
1960.....	46,59	77,18	16,55
1970.....	44,88	71,85	18,51
1980.....	49,24	72,41	26,64
1983.....	54,84	74,80	35,57

FONTE: IBGE — Censos Demográficos de 1950 a 1980; PNAD-1983.

O nível da taxa de atividade, que vinha declinando ligeiramente até 1970, experimentou uma elevação em 1980, passando de 44,88% para 49,24%, até atingir 54,84%, em 1983. Com relação ao comportamento por sexo observa-se, quanto ao masculino, decréscimo dos níveis de atividade até 1970 e aumento, a partir de 1980. Quanto ao feminino, é nítida a elevação das taxas de atividade nos últimos decênios, especialmente entre 1970 e 1980, quando o incremento relativo foi da ordem de 43,9%. Uma das características centrais da mo-

dernização do mercado de trabalho nas décadas recentes de avanço da urbanização e da industrialização parece ser, justamente, a crescente participação da mulher nas atividades econômicas. Nesse sentido, a taxa de atividade feminina quase duplicou entre 1970 e 1983, ao passar de 18,51% para 35,57%.

Na tabela 20, que apresenta as taxas de atividade específicas por idade, verifica-se que o aumento da participação feminina na última década ocorreu, praticamente, em todos os grupos etários, especialmente nos mais jovens e intermediários. Quanto aos homens, observa-se ligeiro acréscimo nas taxas de participação relativas aos grupos intermediários, acentuado incremento nos grupos jovens e queda na atividade dos mais idosos.

TABELA 20

**Taxa de Atividade por Sexo, Segundo Grupos de Idade
Brasil — 1970 a 1983**

GRUPOS DE IDADE	1970		1980		1983	
	Homens %	Mulheres %	Homens %	Mulheres %	Homens %	Mulheres %
TOTAL.....	71,85	18,51	72,41	26,64	74,80	35,57
10 a 14 anos.....	19,18	6,36	20,24	8,61	25,05	11,76
15 a 19 anos.....	61,92	24,21	64,80	31,21	70,66	40,04
20 a 24 anos.....	87,46	28,25	90,03	39,07	92,49	49,10
25 a 29 anos.....	95,25	23,24	96,05	35,95	96,94	46,70
30 a 39 anos.....	96,23	20,85	96,53	34,20	97,24	47,21
40 a 49 anos.....	93,89	19,82	93,16	30,04	93,86	42,63
50 a 59 anos.....	85,25	15,42	82,30	21,38	81,45	30,01
60 a 69 anos.....	68,06	10,10	57,48	10,34	44,08*	10,69*
70 ou mais.....	40,36	4,67	21,76	2,84	—	—

FONTES: IBGE — Censos Demográficos de 1970 e 1980; PNAD-1983.

* 60 anos ou mais.

Na tabela 21 tem-se a composição da população economicamente ativa por sexo, a partir de 1950, onde também se pode aferir a evolução da mão-de-obra feminina, sobretudo a partir de 1970.

TABELA 21

**População Economicamente Ativa (PEA), por Sexo
Brasil — 1950 a 1983**

ANOS	PEA					
	Total		Homens		Mulheres	
	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%
1950.....	17 117	100,00	14 610	83,35	2 508	14,65
1960.....	22 750	100,00	18 673	82,08	4 077	17,92
1970.....	29 557	100,00	23 392	79,14	6 165	20,86
1980.....	43 236	100,00	31 393	72,61	11 843	27,39
1983.....	50 941	100,00	34 129	67,00	16 812	33,00

FONTES: IBGE — Censos Demográficos de 1950 a 1980; PNAD-1983.

Os valores assumidos pelas taxas geométricas de crescimento da população economicamente ativa são dados na tabela seguinte:

TABELA 22

**Taxa Geométrica de Crescimento Anual da População Economicamente Ativa
Brasil — 1950 a 1980**

INTERVALOS INTERCENSITÁRIOS	TAXA GEOMÉTRICA DE CRESCIMENTO ANUAL DA PEA (%)		
	Total	Homens	Mulheres
1950-1960	2,89	2,48	4,98
1960-1970	2,65	2,28	4,22
1970-1980	3,88	2,99	6,75
1950-1980	3,14	2,58	5,31
1960-1980	3,26	2,63	5,48

FONTE: IBGE — Censos Demográficos de 1950 a 1980.

Esse quadro é sugestivo no sentido de evidenciar, mais uma vez, o acentuado crescimento da mão-de-obra feminina. Mostra que essa participação vem se acelerando cada vez mais, tendo alcançado a taxa geométrica de crescimento anual de 6,75% na década de 1970 a 1980, que é superior ao dobro da taxa de crescimento da força de trabalho masculina no mesmo decênio, da ordem de 2,99%.

É importante notar que, no período de 20 anos, de 1960 a 1980, a taxa geométrica de crescimento anual da população economicamente ativa foi de 3,26%.

Distribuída segundo os setores e ramos de atividades, a população economicamente ativa concentra-se nas atividades ligadas ao setor urbano (industriais, comerciais e outras), com participação relativa da ordem de 70,05% (tabela XIV do anexo). Ressalta-se que a proporção da mão-de-obra masculina nesse setor é de 64,08%, enquanto a feminina atinge a 86,00%, mais numerosa na prestação de serviços.

A nítida tendência ao crescimento da população ocupada nas atividades urbanas, ou seja, nos setores secundário (industrial) e terciário (comércio, prestação de serviços, administração pública, atividades sociais, etc.), é vista na tabela 23, face à redução relativa da população ocupada nas atividades agropecuárias e extrativas vegetal e animal (setor primário).

TABELA 23

**Distribuição Percentual da População Ocupada, Segundo o Setor de
Atividade
Brasil — 1950 a 1983**

SETORES DE ATIVIDADE	ANO DE REFERÊNCIA (%)				
	1950	1960	1970	1980	1983
TOTAL	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Primário	57,76	51,98	44,88	29,95	27,06
Secundário	15,86	14,91	17,92	25,48	25,37
Terciário	26,38	33,11	37,80	44,57	47,57

FONTE: IBGE — Censos Demográficos de 1950 a 1980; PNAD-1983.

Observa-se, ainda, na tabela 23, que as atividades dos setores secundário e terciário absorveram, em 1950, menos de 50% da população ocupada, respondendo, no entanto, em 1983, por mais de 70% desse contingente populacional. Portanto, o perfil de atividade e de ocupação da população apresenta-se cada vez mais urbano.

7. DISTRIBUIÇÃO DE RENDIMENTO DA PEA

A distribuição da PEA de 1970 a 1983, segundo as classes de rendimento, é a seguinte:

TABELA 24

Distribuição Relativa da PEA, Segundo Grupos de Rendimento Mensal Brasil — 1970 a 1983

GRUPOS DE RENDIMENTO MENSAL (EM SALÁRIOS MÍNIMOS)	ANO (%)			
	1970	1980	1981 (2)	1983 (2)
TOTAL (1)	100,00	100,00	100,00	100,00
Até 1	60,54	34,20	32,16	37,29
Mais de 1 a 2	21,68	30,40	28,56	25,88
Mais de 2 a 5	12,70	23,68	26,26	23,56
Mais de 5 a 10	3,32	7,06	8,10	8,42
Mais de 10 a 20	1,36	3,14	3,40	4,85*
Mais de 20	0,40	1,52	1,52	—

FONTE: IBGE — Censos Demográficos de 1970 e 1980; PNADs-1981 e 1983.

(1) Excluídas as pessoas sem declaração de rendimento e as sem rendimento.

(2) População ocupada.

* Mais de 10 salários mínimos.

A concentração de pessoas com ganhos de 1 SM reduziu-se a quase metade em 1980, com considerável aumento das classificadas nos demais extratos de salário. Verifica-se, pois, ter havido um deslocamento da distribuição ao longo da década, o que corresponde a uma melhoria real do salário. Entre 1981 e 1983 ocorreu, entretanto, aumento das pessoas com rendimentos de até 1 salário mínimo.

8. SITUAÇÃO DE INATIVIDADE DAS PESSOAS QUE NÃO TRABALHARAM EM 1980

Na distribuição das pessoas que não trabalharam em 1980, segundo a situação de inatividade, destacam-se os seguintes grupos: dos dedicados a afazeres domésticos (21,9 milhões), dos estudantes (13,2 milhões) e dos aposentados, pensionistas, doentes e inválidos (quase 6 milhões), sendo que esse último contingente representava 13,13% da PEA, percentual que pode ser tomado como um indicador de custo do seguro social brasileiro em 1980 (tabela XV, do anexo). Esse indicador tende a aumentar pela maior conscientização da população brasileira no sistema de seguro social, tendo em vista que o Censo revelou

que 13,15% da PEA têm 50 anos ou mais de idade, o que representa um encargo muito forte no nosso sistema de seguro social, que não estabelece uma idade mínima de aposentadoria.

Indicadores de custo do seguro social como esses devem ser analisados pela previdência social. A tabela 25 permite acompanhar a evolução dos indicadores desse custo, pelos censos realizados, e a partir dos 50 anos de idade.

TABELA 25

Relação entre a População da 3.ª Idade não Economicamente Ativa e a PEA Brasil — 1950 a 1980

ANOS	50 ANOS E MAIS (%)	60 ANOS E MAIS (%)	65 ANOS E MAIS (%)
1950.....	14,98	7,70	4,69
1960.....	16,67	9,02	6,04
1970.....	19,60	10,86	7,29
1980.....	20,68	12,49	9,38

FONTE: IBGE — Censos Demográficos de 1950 a 1980.

Esta tabela vem demonstrar, mais uma vez, a importância da idade inicial para a concessão de aposentadoria. Nota-se que, quando essa idade passa dos 50 anos (indicador 20,68%, em 1980) — aproximadamente, o caso do seguro social brasileiro — para 65 anos (indicador 9,38%, em 1980), o custo de aposentadoria por tempo de serviço se reduz a menos da metade.

9. PERSPECTIVAS FUTURAS DA POPULAÇÃO BRASILEIRA

Um fato demográfico elementar que deve ser entendido para que se possa discutir proveitosamente as perspectivas futuras de uma população, é o que os demógrafos chamam de "momentum" de crescimento.

Como vimos anteriormente, a estrutura por idade de uma população depende, basicamente, dos regimes de mortalidade e, principalmente, de fecundidade prevalescentes de sua experiência passada.

Sociedades no passado caracterizadas por níveis consistentemente baixos de fecundidade, apresentarão uma estrutura etária "velha", ou seja, uma proporção relativamente grande de pessoas nas faixas de idade mais avançadas. Contrariamente, sociedades com um passado de alta fecundidade têm uma população "jovem", com estrutura etária do tipo piramidal.

Essa estrutura etária jovem implica em que, a cada instante, um número crescente de pessoas entra no período reprodutivo (normalmente de 15 a 49 anos para as mulheres), de tal forma que, mesmo diminuindo a fecundidade das mulheres, o número de nascimentos, num determinado momento, poderá ser ainda maior do que o ocorrido no antecedente. Isso, simplesmente, porque existirá um número maior de casais gerando filhos naquele momento do que no anterior.

Assim, a estrutura etária da população exerce uma inércia contra a diminuição da natalidade, semelhante a um carro que andando numa certa velocidade, fosse freado, uma vez que, após esse instante, o peso do carro proporcionaria o percurso de alguma distância até atingir sua completa imobilidade.

Similarmente, uma população com um passado de alta fecundidade que passe por um processo de redução até os níveis mínimos viáveis, levará muito

tempo para estancar o crescimento dependendo, naturalmente, do nível de fecundidade de onde partir e da rapidez do declínio.

Dessa forma, se uma população reduz sua fecundidade ao nível de mera reposição, ou seja, cada mulher adulta é substituída, no tempo devido, por uma, e apenas uma filha em média, tenderá à condição de estacionariedade (crescimento nulo), embora continue crescendo, pois, quanto maior o nível da fecundidade antes de iniciado o declínio, maior o tempo para atingir a estabilização e, conseqüentemente, maior a população final. O oposto se verifica na medida em que for maior a taxa de declínio da fecundidade.

Com isso em mente pode-se, então, tentar detectar o que é possível e o que é inevitável, em termos de metas globais para a população brasileira. Para tanto, algumas hipóteses foram formuladas sobre um possível comportamento do crescimento da população.

Em relação à mortalidade, em geral, costuma-se formular uma hipótese única com os elementos quantitativos e qualitativos disponíveis em um dado momento, adotando-se uma esperança de vida limite para a qual tenderão os países.

No caso do Brasil, adotou-se uma esperança de vida ao nascer de 72 e 78 anos, para homens e mulheres, respectivamente, prevaemente hoje nos países da Europa do Norte, a ser alcançada, de acordo com a hipótese adotada, no quinquênio 2050-2055.

Quanto à fecundidade, seguindo as sugestões da Divisão de População das Nações Unidas, foram estabelecidas quatro hipóteses:

- 1 — a fecundidade manter-se-á constante a partir do início da projeção. Nesse caso, a partir de 1980;
- 2 — declínio lento, denominada "Hipótese Alta";
- 3 — declínio rápido, chamada de "Hipótese Baixa";

Essas duas últimas definem um intervalo amplo dentro do qual se formula:

- 4 — a "Hipótese Média" ou "Recomendada" que pode, talvez, refletir com maior probabilidade a tendência da fecundidade no futuro.

A hipótese mais realista, aquela que dá margem a um comportamento viável para a fecundidade, é, como vimos, a resultante média entre o declínio lento e o rápido da fecundidade. De acordo com essa hipótese, a população brasileira seria de 180 milhões no ano 2000, ou seja, no período de 1980 a 2000 crescerá 47,9%. Pode-se, portanto, dizer que a população brasileira, no final deste século, contará com um mínimo de 171 milhões (hipótese baixa) e um máximo de 186 milhões (hipótese alta) de pessoas.

10. CONCLUSÃO

As informações ora apresentadas constituem uma pequena amostra das que são obtidas pelos Censos Demográficos e pelas PNADs.

Esses levantamentos fornecem uma minuciosa visão da situação sócio-econômica da população brasileira, necessária à elaboração e à avaliação dos programas de desenvolvimento do País.

Cabe ressaltar que o planejamento dos censos no Brasil obedece a programas propostos pela ONU e, ainda, pela OEA, no caso dos países americanos, o que torna possível a aferição da nossa situação sócio-econômica no contexto universal.

ANEXOS

TABELA I

**Proporção da População por Situação de Domicílio, Segundo o Sexo
Brasil — 1940 a 1980**

SEXO	PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO		
	Total	Urbana	Rural
1940			
TOTAL	100,00	31,24	68,76
Homens.....	49,99	14,95	35,04
Mulheres	50,01	16,29	33,72
1950			
TOTAL	100,00	36,16	63,84
Homens.....	49,83	17,27	32,56
Mulheres	50,17	18,89	31,28
1960			
TOTAL	100,00	44,67	55,33
Homens.....	50,03	21,58	28,45
Mulheres	49,97	23,09	26,88
1970			
TOTAL	100,00	55,92	44,08
Homens.....	49,74	27,08	22,66
Mulheres	50,26	28,84	21,42
1980			
TOTAL	100,00	67,59	32,41
Homens.....	49,68	32,96	16,72
Mulheres	50,32	34,63	15,69

FONTE: IBGE — Censos Demográficos de 1940 a 1980.

NOTA: Em 1940 e 1950, população presente; em 1960, 1970 e 1980, população residente.

TABELA II

**Taxa Média Geométrica de Incremento Anual da População, Segundo a
Situação de Domicílio e Sexo
Brasil — 1940 a 1980**

SEXO	TAXA MÉDIA GEOMÉTRICA DE INCREMENTO ANUAL (%)			
	1940/1950	1950/1960	1960/1970	1970/1980
TOTAL				
TOTAL	2,38	2,99	2,89	2,48
Homens.....	2,34	3,03	2,83	2,47
Mulheres	2,41	2,95	2,95	2,49
URBANA				
TOTAL	3,91	5,15	5,22	4,44
Homens.....	3,89	5,27	5,25	4,51
Mulheres	3,93	5,04	5,20	4,37
RURAL				
TOTAL	1,60	1,55	0,57	- 0,62
Homens.....	1,61	1,63	0,57	- 0,59
Mulheres	1,59	1,46	0,58	- 0,66

FONTE: IBGE — Censos Demográficos de 1940 a 1980.

NOTA: Em 1940 e 1950, população presente; em 1960, 1970 e 1980, população residente.

TABELA III

Indicadores de Fecundidade — Brasil e Unidades da Federação
1970-1980

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	TAXA DE FECUNDIDADE TOTAL	
	1970	1980
BRASIL	5,76	4,35
NORTE.....	8,15	6,45
Rondônia	9,72	6,18
Acre	9,90	6,98
Amazonas	8,55	6,75
Roraima	8,57	6,05
Pará.....	7,72	6,31
Amapá	8,24	6,97
NORDESTE	7,53	6,13
Maranhão	7,26	6,93
Piauí	7,84	6,54
Ceará.....	7,74	6,05
Rio Grande do Norte	8,44	5,67
Paraíba.....	7,74	6,19
Pernambuco.....	7,03	5,40
Alagoas.....	7,58	6,67
Sergipe	7,87	6,03
Bahia	7,48	6,23
SUDESTE	4,56	3,45
Minas Gerais	6,17	4,31
Espírito Santo.....	6,44	4,28
Rio de Janeiro.....	3,80	2,94
São Paulo	3,94	3,24
SUL.....	5,42	3,63
Paraná	6,40	4,12
Santa Catarina	6,10	3,82
Rio Grande do Sul.....	4,29	3,11
CENTRO-OESTE	6,42	4,51
Mato Grosso	(1) 6,75	5,11
Mato Grosso do Sul	—	4,39
Goiás.....	6,46	4,73
Distrito Federal.....	5,56	3,62

FONTE: IBGE — Censos Demográficos de 1970 e 1980.

(1) Dados referentes ao antigo Estado de Mato Grosso.

TABELA IV

Mortalidade Infantil para os Países Latino-Americanos

PAÍSES	TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL (por 1 000 nascidos vivos)
AMÉRICA LATINA	75
AMÉRICA CENTRAL	71
Costa Rica	22
El Salvador	53
Guatemala.....	69
Honduras	103
México	70
Nicarágua.....	122
Panamá	47
Cariba.....	74
Bahamas	28
Barbados.....	27
Cuba	19
República Dominicana	96
Haiti	130
Jamaica	16
Porto Rico	18
Trinidad e Tobago	24
AMÉRICA DO SUL TROPICAL.....	82
Bolívia	168
Brasil	88*
Colômbia	77
Equador	70
Guiãna	46
Paraguai.....	58
Peru	92
Venezuela	45
AMÉRICA DO SUL TEMPERADA	41
Argentina.....	41
Chile.....	38
Uruguai.....	48

FONTE: Population Reference Bureau Inc. 1981 World Population Data Sheet.

NOTAS: Dados referentes aos anos 1976-79.

* Estimativa obtida a partir do Censo Demográfico de 1980.

TABELA V

Indicadores Demográficos e Econômicos para Alguns Países Selecionados ⁽¹⁾

PAÍSES	INDICADORES DEMOGRÁFICOS E ECONÔMICOS							
	Taxa Anual de Crescimento Geométrico (%)	Taxa Bruta de Natalidade (‰)	Taxa Bruta de Mortalidade (‰)	Taxa de Fecundidade Total	Esperança de Vida ao Nascer (anos)	Porcentagem da População com Menos de 15 Anos de Idade	Porcentagem da População com Mais de 64 Anos de Idade	Produto Nacional Bruto Per Capita US\$ (2)
Etiópia	2,5	50	25	6,7	39,00	43	3	130
Gana.....	3,1	48	17	6,7	48,00	46	3	400
Marrocos.....	3,0	43	14	6,9	55,00	47	4	740
Tunísia.....	2,5	33	8	5,0	57,00	43	4	1 120
Turquia	2,2	32	10	4,3	61,00	39	4	1 330
Bolívia.....	2,5	44	19	6,8	51,00	42	4	550
Guatemala.....	3,1	43	12	5,7	58,00	45	3	1 020
Argentina.....	1,6	25	9	2,9	69,00	28	8	2 280
Estados Unidos.....	0,7	16	9	1,8	74,00	22	11	10 820
Canadá	0,8	15	7	1,8	74,00	25	9	9 650
Japão	0,8	14	6	1,8	76,00	24	8	8 800
França.....	0,4	14	10	1,9	73,00	23	14	9 940
Inglaterra.....	0,1	13	12	1,9	73,00	22	14	6 340
Suécia	0,1	12	11	1,7	75,00	20	16	11 920
Brasil.....	2,5	33	8	4,3	60,08	38	4	2 300

FONTE: Population Reference Bureau. INC. 1981 World Population Data Sheet. IBGE — Censo Demográfico de 1980.

(1) Estimativas referentes ao período de 1975 a 1980.

(2) Estimativas referentes ao ano de 1979, exceto a do Brasil, que é relativa a 1980.

TABELA VI

**Proporção das Pessoas com Idade Superior ou Igual a 50 Anos, 60 Anos e 65 Anos, no Total da População Brasileira, por Sexo, Segundo os Censos Demográficos
Brasil — 1950 a 1980**

CENSOS	PROPORÇÃO DE PESSOAS (%)								
	Total			Homens			Mulheres		
	50 anos	60 anos	65 anos	50 anos	60 anos	65 anos	50 anos	60 anos	65 anos
1950.....	9,37	4,26	2,45	9,36	4,10	2,26	9,37	4,41	2,64
1960.....	10,09	4,74	2,74	10,23	4,70	2,65	9,94	4,77	2,83
1970.....	10,70	5,07	3,15	10,69	4,97	3,01	10,71	5,18	3,28
1980.....	12,17	6,07	4,01	11,87	5,78	3,77	12,47	6,36	4,25

FONTE: IBGE — Censos Demográficos de 1950 a 1980.

TABELA VII

**Percentagem das Pessoas de 10 Anos ou Mais com Curso Completo, por Grau do Curso, Segundo a Situação do Domicílio e o Sexo
Brasil — 1980**

SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO E SEXO	GRAU DO CURSO COMPLETO (%)					
	Total	Elementar	1.º Grau	2.º Grau	Superior	Mestrado ou Doutorado
TOTAL.....	100,00	64,30	18,00	13,16	4,39	0,15
Homens.....	100,00	64,46	18,02	12,38	4,93	0,21
Mulheres.....	100,00	64,14	17,97	13,92	3,87	0,10
URBANA.....	100,00	60,82	19,37	14,66	4,98	0,17
Homens.....	100,00	60,83	19,45	13,87	5,61	0,24
Mulheres.....	100,00	60,81	19,29	15,42	4,37	0,11
RURAL.....	100,00	86,13	9,36	3,77	0,69	0,02
Homens.....	100,00	86,30	9,43	3,44	0,79	0,04
Mulheres.....	100,00	85,95	9,34	4,13	0,58	—

FONTE: IBGE — Censo Demográfico de 1980.

TABELA VIII

Migrações Interestaduais
Saldo Migratório, Segundo Grandes Regiões e Unidades da Federação —
1970

GRANDES REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO	IMIGRAÇÃO	EMIGRAÇÃO	SALDO MIGRATÓRIO
TOTAL *	12 365 393	12 365 393	—
REGIÃO NORTE.....	361 733	261 537	100 196
Rondônia	50 266	8 567	41 699
Acre	25 759	32 591	— 6 832
Roraima.....	7 996	2 969	5 027
Amapá	44 173	6 296	37 877
Amazonas.....	62 420	75 686	— 13 266
Pará.....	171 119	135 428	35 691
REGIÃO NORDESTE.....	1 638 862	5 149 719	— 3 510 857
Maranhão	421 038	262 891	158 147
Piauí	117 657	364 506	— 246 849
Ceará.....	145 341	711 067	— 565 726
Rio Grande do Norte.....	91 615	286 421	— 194 806
Paraíba.....	113 295	622 220	— 508 925
Pernambuco.....	294 098	935 162	— 641 064
Alagoas.....	114 677	425 060	— 310 383
Sergipe.....	50 145	267 562	— 217 417
Bahia	290 996	1 274 830	— 983 834
REGIÃO SUDESTE.....	5 798 970	5 181 116	617 854
Minas Gerais.....	382 955	3 197 616	— 2 814 661
Espírito Santo.....	225 592	392 470	— 166 878
Rio de Janeiro.....	2 004 200	321 451	1 682 749
São Paulo.....*	3 186 223	1 269 579	1 916 644
REGIÃO SUL.....	2 879 104	1 471 557	1 407 547
Paraná.....	2 467 249	335 574	2 131 675
Santa Catarina.....	309 213	439 020	— 129 807
Rio Grande do Sul.....	102 642	696 963	— 594 321
REGIÃO CENTRO-OESTE.....	1 686 724	301 464	1 385 260
Mato Grosso.....	520 310	107 123	413 187
Mato Grosso do Sul.....	752 267	180 985	571 282
Goiás.....	414 147	13 356	400 791

FONTE: IBGE — Censo Demográfico de 1970.

* Exceto os "Brasil sem Especificação" de lugar de nascimento e Fernando de Noronha.

TABELA IX

Migrações Interestaduais
Saldo Migratório, Segundo Grandes Regiões e Unidades da Federação —
1980

GRANDES REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO	IMIGRAÇÃO	EMIGRAÇÃO	SALDO MIGRATÓRIO
TOTAL *	18 199 631	18 199 631	—
REGIÃO NORTE	1 067 710	380 073	687 637
Rondônia	324 264	17 369	306 895
Acre	34 390	41 326	— 6 936
Roraima	23 996	5 372	18 624
Amapá	48 466	14 436	34 030
Amazonas	116 278	101 593	14 685
Pará	520 316	199 977	320 339
REGIÃO NORDESTE	2 260 243	7 850 957	— 5 590 714
Maranhão	456 186	505 778	— 49 592
Piauí	153 891	527 317	— 373 426
Ceará	206 838	1 105 693	— 898 855
Rio Grande do Norte	142 316	430 129	— 287 813
Paraíba	127 270	960 700	— 788 430
Pernambuco	413 399	1 495 545	— 1 082 146
Alagoas	149 623	581 663	— 432 040
Sergipe	95 565	338 635	— 243 070
Bahia	470 155	1 905 497	— 1 435 342
REGIÃO SUDESTE	9 543 782	6 490 337	3 053 445
Minas Gerais	671 424	4 006 572	— 3 335 148
Espírito Santo	332 103	523 158	— 191 055
Rio de Janeiro	2 534 589	509 071	2 025 519
São Paulo	6 005 666	1 451 536	4 554 130
REGIÃO SUL	2 676 000	2 740 968	— 64 968
Paraná	2 064 779	1 259 868	804 911
Santa Catarina	424 577	584 321	— 159 744
Rio Grande do Sul	186 644	896 779	— 710 135
REGIÃO CENTRO-OESTE	2 651 896	737 296	1 914 600
Mato Grosso	471 970	149 453	322 517
Mato Grosso do Sul	494 213	114 723	379 490
Goiás	894 550	412 308	482 242
Distrito Federal	791 163	60 812	730 351

FONTE: IBGE — Censo Demográfico de 1980.

* Exceto os "Brasil sem Especificação" de lugar de nascimento e Fernando de Noronha.

TABELA X

Proporção da População que Migrou há Menos de Dez Anos, em Relação à População Total, por Lugar de Domicílio Anterior e de Maior Fluxo, Segundo Grandes Regiões e Unidades da Federação — 1980

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	% DA POPULAÇÃO MIGRANTE COM LUGAR DE DOMICÍLIO ANTERIOR			% DE MIGRANTES DE LUGAR DE RESIDÊNCIA ANTERIOR DE MAIOR FLUXO
	Na UF	Na Própria Região *	Em Outra Região	
REGIÃO NORTE				
Rondônia	10,27	6,58	83,15	32,58**
Acre	53,48	19,30	27,22	13,59
Roraima.....	2,93	33,08	63,99	31,07**
Amapá	22,69	64,62	12,69	63,78
Amazonas	56,24	22,61	21,15	15,59
Pará.....	47,62	2,49	49,89	16,48**
REGIÃO NORDESTE				
Maranhão	78,08	16,12	5,80	8,90
Piauí	69,16	26,70	4,13	13,38
Ceará	84,58	10,22	5,20	2,08
Rio Grande do Norte	77,10	16,54	6,35	8,47
Paraíba.....	74,19	18,53	7,28	9,20
Pernambuco.....	79,10	14,40	6,49	4,94
Alagoas.....	74,51	20,39	5,09	15,25
Sergipe	64,10	26,64	9,26	10,62
Bahia	75,92	12,45	11,63	4,79
REGIÃO SUDESTE				
Minas Gerais.....	80,69	10,84	8,47	6,63
Espírito Santo	67,63	24,97	7,39	16,32
Rio de Janeiro	55,94	17,30	26,76	9,58
São Paulo	58,23	10,44	31,33	10,30**
REGIÃO SUL				
Paraná	82,74	8,39	8,87	4,96**
Santa Catarina	74,39	21,81	3,79	11,68
Rio Grande do Sul.....	92,25	5,06	2,69	3,48
REGIÃO CENTRO-OESTE				
Mato Grosso	38,49	15,73	45,78	21,40**
Mato Grosso do Sul	49,38	3,72	46,90	21,13**
Goiás	70,54	6,85	22,61	7,94**
Distrito Federal.....	—	19,51	80,49	18,47

FONTE: IBGE — Censo Demográfico de 1980.

* Exclusive migrantes com última residência na própria Unidade da Federação.

** Unidades da Federação de maior contribuição, localizadas em outra Região.

TABELA XI

Proporção da População não Natural do Município onde Reside, que Migrou há Menos de Dez Anos, em relação à População Total, Segundo Grandes Regiões e Unidades da Federação — 1980

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	POPULAÇÃO TOTAL *	POPULAÇÃO MIGRANTE *	% DE POPULAÇÃO MIGRANTE
TOTAL.....	118 683 324	23 675 914	19,95
REGIÃO NORTE	5 867 879	1 183 823	20,17
Rondônia.....	487 648	292 830	60,05
Acre.....	300 555	32 407	10,78
Roraima.....	78 504	18 364	23,39
Amapá.....	175 015	27 576	15,76
Amazonas.....	1 427 611	149 585	10,48
Pará.....	1 398 546	663 061	19,51
REGIÃO NORDESTE.....	34 774 139	4 828 712	13,89
Maranhão.....	3 992 627	672 123	16,83
Piauí.....	2 138 182	241 017	11,27
Ceará.....	5 282 234	691 078	13,08
Rio Grande do Norte.....	1 896 997	331 484	17,47
Paraíba.....	2 766 993	347 487	12,56
Pernambuco.....	6 134 975	941 412	15,35
Alagoas.....	1 981 099	299 815	15,13
Sergipe.....	1 139 521	162 459	14,26
Bahia.....	9 441 511	1 141 837	12,09
REGIÃO SUDESTE.....	51 543 649	10 890 752	21,13
Minas Gerais.....	13 364 693	2 313 301	17,31
Espírito Santo.....	2 021 099	479 222	23,71
Rio de Janeiro.....	11 237 923	1 617 911	14,40
São Paulo.....	24 919 934	6 480 318	26,00
REGIÃO SUL.....	18 977 990	4 336 203	22,85
Paraná.....	7 607 718	2 197 251	28,88
Santa Catarina.....	3 622 569	753 704	20,81
Rio Grande do Sul.....	7 747 703	1 385 248	17,88
REGIÃO CENTRO-OESTE.....	7 519 667	2 436 424	32,40
Mato Grosso.....	1 135 276	452 709	39,88
Mato Grosso do Sul.....	1 362 907	466 553	34,23
Goiás.....	3 854 870	1 050 686	27,26
Distrito Federal.....	1 166 614	466 476	39,99

FONTE: IBGE — Censo Demográfico de 1980.

(*) Exceto "Brasil sem Especificação", país estrangeiro, sem declaração e Fernando de Noronha.

População que Migrou há Menos de Dez Anos, por Lugar de Domicílio Anterior e de Maior Fluxo, Segundo as Unidades da Federação — 1980

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	POPULAÇÃO MIGRANTE *	LUGAR DE DOMICÍLIO ANTERIOR			LUGAR DE DOMICÍLIO ANTERIOR DE MAIOR FLUXO	
		Na UF	Na Própria Região **	Em Outra Região	UF	Número de Migrantes
TOTAL	23 675 914	—	—	—		
REGIÃO NORTE						
Roraima	18 364	539	6 074	11 751	Maranhão	5 706
Amapá	27 576	6 257	17 820	3 499	Pará	17 587
Amazonas	149 585	84 126	33 828	31 631	Pará	23 326
Pará	663 061	315 754	16 529	330 778	Maranhão	109 240
REGIÃO NORDESTE						
Maranhão	672 123	524 780	108 326	39 017	Piauí	59 849
Piauí	241 017	166 697	64 355	9 965	Maranhão	32 237
Ceará	691 078	584 503	70 604	35 971	Pernambuco	14 368
Rio Grande do Norte	331 484	255 589	54 839	21 056	Paraíba	28 067
Paraíba	347 487	257 812	64 383	25 292	Pernambuco	31 973
Pernambuco	941 412	744 660	135 608	61 144	Paraíba	46 531
Alagoas	299 815	223 401	61 146	15 268	Pernambuco	45 709
Sergipe	162 459	104 136	43 285	15 038	Alagoas	17 256
Bahia	1 141 837	866 860	142 225	132 752	Pernambuco	54 646
REGIÃO SUDESTE						
Minas Gerais	2 313 301	1 866 531	250 671	196 009	São Paulo	153 383
Espírito Santo	479 222	324 108	119 678	35 436	Minas Gerais	78 195
Rio de Janeiro	1 617 911	904 986	279 949	432 976	Minas Gerais	155 049
São Paulo	6 480 318	3 773 480	676 757	2 030 081	Paraná	667 186
REGIÃO SUL						
Paraná	2 197 251	1 818 033	184 242	194 976	São Paulo	109 025
Santa Catarina	753 704	560 702	164 403	28 599	Rio Grande do Sul	88 033
Rio Grande do Sul	1 385 248	1 277 880	70 090	37 278	Santa Catarina	48 182
REGIÃO CENTRO-OESTE						
Mato Grosso	452 709	174 247	71 196	207 266	Paraná	96 877
Mato Grosso do Sul	466 553	230 381	17 379	218 793	Paraná	98 571
Goiás	1 050 686	741 212	71 946	237 528	Minas Gerais	83 374
Distrito Federal	466 476	—	90 992	375 484	Goiás	86 135

FORNTE: IBGE — Censo Demográfico de 1980.

* Exclussive: País estrangeiro, sem declaração, Brasil sem especificação e Fernando de Noronha.

** Exclussive migrantes com última residência na própria Unidade da Federação.

TABELA XIII

População Residente Por Unidades da Federação Migrantes *, Segundo Lugar de Domicílio Anterior — 1980

UNIDADES DA FEDERAÇÃO (Residência Anterior)	POPULAÇÃO RESIDENTE (1) (**)	MIGRANTES (2) (**)	LUGAR DO DOMICÍLIO ATUAL DOS MIGRANTES		MIGRANTES (2/1) (%)	MIGRAÇÃO NA UF (3/2) (%)
			Na UF (3)	Fora da UF (4)		
REGIÃO NORTE						
Roraima.....	487 648	46 728	30 080	16 648	9,58	64,37
Acre.....	300 555	34 412	17 331	17 081	11,45	50,36
Roraima.....	78 504	3 921	539	3 382	4,99	13,75
Amapá.....	175 015	15 404	6 257	9 147	8,80	40,62
Amazonas.....	1 427 611	130 110	84 126	45 984	9,11	64,66
Pará.....	3 398 546	432 875	315 754	117 121	12,74	72,94
REGIÃO NORDESTE						
Maranhão.....	3 992 627	813 406	524 780	288 626	20,37	64,52
Piauí.....	2 138 182	380 106	166 697	213 409	17,78	43,86
Ceará.....	5 282 234	1 020 790	584 503	436 287	19,32	57,26
Rio Grande do Norte.....	1 896 997	406 011	255 589	150 422	21,40	62,95
Paraíba.....	2 766 993	597 531	257 812	339 719	21,59	43,15
Pernambuco.....	6 134 975	1 339 476	744 860	594 616	21,83	55,59
Alagoas.....	1 981 099	393 721	223 401	170 320	19,87	56,74
Sergipe.....	1 139 521	197 176	104 136	93 040	17,30	52,81
Bahia.....	9 441 511	1 519 537	866 860	652 677	16,09	57,05
REGIÃO SUDESTE						
Minas Gerais.....	13 364 693	2 973 472	1 866 531	1 106 941	22,25	62,77
Espírito Santo.....	2 021 099	487 136	324 108	163 028	24,10	66,53
Rio de Janeiro.....	11 237 923	1 272 365	904 986	367 379	11,32	71,13
São Paulo.....	24 919 934	4 459 168	3 773 480	685 688	17,89	84,62
REGIÃO SUL						
Paraná.....	7 607 718	2 978 872	1 818 033	1 160 839	36,19	61,03
Santa Catarina.....	3 622 569	756 233	560 702	195 531	20,88	74,14
Rio Grande do Sul.....	7 747 703	1 550 571	1 277 880	272 691	20,01	82,41
REGIÃO CENTRO-OESTE						
Mato Grosso.....	1 135 276	274 869	174 247	100 622	24,21	63,39
Mato Grosso do Sul.....	1 362 907	397 361	230 381	166 980	29,16	57,98
Goiás.....	3 854 870	1 065 141	741 212	323 929	27,63	69,59
Distrito Federal.....	1 166 614	129 522	-	129 522	11,10	-

FONTE: IBGE — Censo Demográfico de 1980.

* Migrantes: pessoas não naturais do Município onde residem, que migraram há menos de 10 anos.

** Excluído: "Brasil sem especificação". País estrangeiro, sem declaração e Fernando de Noronha.

(2) Migrantes segundo lugar do domicílio anterior.

TABELA XIV

**População Economicamente Ativa por Sexo, Segundo Setor e Ramo de Atividade
Brasil — 1980**

SETORES E RAMOS DE ATIVIDADE	POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA (1)					
	Total		Homens		Mulheres	
	Valor Absoluto (1 000 hab.)	%	Valor Absoluto (1 000 hab.)	%	Valor Absoluto (1 000 hab.)	%
BRASIL.....	42 272	100,00	30 766	100,00	11 506	100,00
SETOR RURAL (atividades agropecuárias, de extração vegetal e de pesca).....	12 661	29,95	11 050	35,92	1 611	14,00
SETOR URBANO.....	29 611	70,05	19 716	64,08	9 895	86,00
Atividades Industriais	10 773	25,49	8 989	29,22	1 784	15,50
Atividades Comerciais	4 038	9,55	2 928	9,52	1 110	9,65
Outras Atividades	14 800	35,01	7 799	25,34	7 001	60,85

FONTE: IBGE — Censo Demográfico de 1980.

(1) Exclusiva as pessoas procurando trabalho.

TABELA XV

Pessoas que Não Trabalharam no Ano de Referência, por Grupos Específicos de Idade, Segundo a Situação de Inatividade
BRASIL — 1980

CONDIÇÃO DA PESSOA	TOTAL (1)		60 A 69 ANOS		70 ANOS E MAIS	
	População (1 000 hab.)	Relação com a PEA (2)	População (1 000 hab.)	Relação com a PEA (2)	População (1 000 hab.)	Relação com a PEA (2)
TOTAL.....	75 773	1,753	3 002	0,069	2 448	0,057
Aposentado ou Pensionista	4 787	0,111	1 451	0,034	1 745	0,040
Doente ou inválido	892	0,021	110	0,003	87	0,002
Detento	47	0,001	1	0	0	0
Estudante.....	13 259	0,307	1	0	0	0
Afazeres domésticos	21 862	0,506	1 306	0,030	487	0,011
Outros	3 729	0,086	133	0,003	129	0,003
Menores de 10 anos.....	31 197	0,722	-	-	-	-

FONTE: IBGE — Censo Demográfico de 1980.

(1) Total de pessoas que não trabalharam no ano de referência.

(2) Total da PEA igual a 43 236 mil.

Fotocomposição e impressão
no Centro de Serviços Gráficos
do IBGE, Rio de Janeiro, RJ
— O.S. 24.088 —